

**ACTA**

Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Vice - Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado e Vereadores Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira e André Guimarães Coelho Lima.-----

Não compareceram o Presidente da Câmara e os Vereadores Alexandra Gesta e José Torcato Ribeiro, cujas faltas foram consideradas justificadas. O Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento que o Presidente da Câmara e a Vereadora Alexandra Gesta se encontravam em representação do Município no XI Congresso da Organização das Cidades Património Mundial, a realizar em Sintra, e que o Vereador José Torcato Ribeiro não participaria na reunião por solidariedade com os trabalhadores que hoje se encontram em greve. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereadora Francisca Abreu** – Fez uma intervenção a propósito do concerto da Orquestra do Norte e do Cortejo do Pinheiro lendo, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Os Factos - No início de cada ano civil a Orquestra do Norte propõe à Câmara de Guimarães um calendário de concertos que são acertados com os serviços de Cultura. Para o ano em curso foi

proposta a realização de um concerto com uma solista sul Coreana, para o dia 29 de Novembro. Confrontada com a sobreposição de eventos nesse dia, a Orquestra do Norte sugere que a data se acerte mais tarde, considerando a agenda internacional da solista. Como a alteração não se concretizou até à edição da agenda cultural de Novembro, o concerto foi anunciado com a data constante da proposta inicial. Detectado o lapso dos serviços, de imediato se procedeu ao reagendamento do concerto, tendo ficado marcado para o dia 30 de Novembro. O Incidente Político - O lapso foi, portanto, prontamente desfeito e não chegou a ter qualquer efeito menos positivo nem nas expectativas da Orquestra nem no planeamento do Pinheiro. Nada disto teria, pois, qualquer significado se alguma oposição, sequiosa de incidentes, não tivesse procurado criar um clima de controvérsia artificial. Nada do que dizem faz sentido. Elaboram sobre um não facto, fccionam sobre uma não realidade, fantasiam sobre uma não noticia. Registe-se que o incidente ignora todo o envolvimento e apoio dos diferentes serviços da Câmara que, ao longo dos últimos, tem permitido conferir maior e melhor organização ao Pinheiro, em particular e às Festas Nicolinas em geral. Apoio do conhecimento público já que, todos os anos, é objecto de deliberação desta Câmara. Acresce, ainda, a tentativa grosseira de por em cheque alguém que, ao longo de tantos anos, e em diferentes funções, na direcção de uma escola secundária de Guimarães antes, e agora como autarca, sempre apoiou e colaborou para a valorização das Festas Nicolinas. Porém, nada disto mereceria que perdêssemos tempo se não constituísse mais um exemplo de uma oposição que tudo faz para desviar o debate político das questões verdadeiramente importantes, criando uma agenda de casos e de acasos. Felizmente a Câmara tem uma



política, uma política cultural com metas e objectivos, que tem sido bem sucedida e que é geralmente reconhecida nacional e internacionalmente e para a qual, infelizmente, esta oposição não deu até hoje nenhum contributo". **2 – Vereador José Manuel Antunes** – Referindo-se ao processo respeitante à obra na Rotunda de Mouril (Silvares), lembrou o compromisso decorrente da aprovação da centralidade daquela freguesia e perguntou por que é que ainda tinha sido possível concluir as infra-estruturas previstas para aquela zona, referindo a importância de que todas as acessibilidades previstas sejam concretizadas. **3 – Vereador André Coelho Lima – a)** - Esclareceu a posição do PSD no que respeita ao concerto da Orquestra do Norte, referindo que tal resulta da publicitação da realização do evento no dia 29 de Novembro em todos os veículos de informação autárquica; **b)** - Abordou os números disponibilizados pelos Censos 2011, comparando a situação de Guimarães com 2001. Prosseguiu, referindo que Guimarães perdeu, neste período de 10 anos, 0,93% da população (-1.468 habitantes), enquanto que, no mesmo período, Braga ganhou 9,70% da população (+17.627 habitantes) e Famalicão viu a sua população crescer 4,66% (+6.237 habitantes), sendo que Guimarães diminuiu o seu peso relativo no distrito em 0,56%. Disse, ainda, que se antes o peso de Guimarães era de quase 20% da população do distrito de Braga, hoje, 10 anos depois, é de apenas 18,64%, considerando alarmante e lamentável que Guimarães perca população quando o Norte de Portugal, o Distrito de Braga, o Vale do Ave e os concelhos vizinhos ganham população. Disse, ainda, que considerava lamentável saber-se que este período de 10 anos foi o período subordinado à intenção política do executivo socialista de criação da cidade dos 100.000 habitantes, perguntando como é

possível defender-se, há cerca de 10 anos, um objetivo político de aumento populacional absolutamente extraordinário (para a cidade de Guimarães ter 100.000 habitantes o concelho teria sempre que aumentar entre os 30.000 e os 40.000 habitantes) e agora, 10 anos volvidos, vemo-nos a braços com uma perda populacional. Referiu que promessa e o objetivo político apresentado pelo executivo socialista não passou de letra de forma, de meras palavras não sustentadas em qualquer projeto político de base, que lhe desse sustentação. Considera que uma política que assenta na obra pública, que não tem quaisquer medidas de fixação de população, quaisquer medidas de fixação de empresas e criação de emprego, que apresenta uma política fiscal voltada para alimentar o apetite voraz da cada vez mais pesada máquina autárquica, o objetivo tem que ser o afastamento das pessoas, a não criação de condições para a atração de novos habitantes, como os números, com a sua crueza, demonstram; **4 – Vereador Amadeu Portilha – a)** - Deu conhecimento do lançamento de uma campanha de promoção da cidade de Guimarães em 2012, associando a indústria tradicional ao turismo e encetando uma acção de promoção internacional, relacionando o destino turístico à actividade económica de base exportadora exercida em Guimarães. Assim, referiu que serão distribuídos, já nas próximas colecções Primavera/Verão, cerca de 3 milhões de flyers incluídos em todo o tipo de produtos dirigidos ao consumidor final de empresas exportadoras. Disse, ainda, que a este desafio se associaram 11 empresas que exportam para mais de 32 países diferentes produtos que vão desde o calçado e vestuário aos têxteis-lar e à cutelaria; **b)** – Esclareceu, na sequência do anúncio do Presidente da Câmara no decorrer da Conferência de Imprensa que assinalou o aniversário da Cidade Desportiva, que Guimarães



vai apresentar candidatura a Capital Europeia do Desporto 2013;

**5 – Vice – Presidente da Câmara - a)** - Sobre a centralidade de Silves, esclareceu que a Câmara Municipal estava a prosseguir o processo de expropriação litigiosa de dois terrenos que faltam para poder ser construída a via de ligação da rotunda de Mouril à rotunda do Pinheiro Manso. Sobre a ligação à Variante de Guimarães, falta ainda a aprovação da Estradas de Portugal, SA, o que tem atrasado o processo; **b)** - Sobre as questões suscitadas quanto aos censos, disse que haverá, porventura, justificações para os números obtidos. Recordou que Guimarães é uma cidade industrial, pelo que, atendendo à conjuntura actual, era natural que perdesse população, sobretudo pela via da emigração. Sobre o conceito de cidade de 100.000 habitantes, disse que Guimarães era singular no que respeita à sua parte urbana, visto que o concelho tem 9 vilas, dispersando, assim, por estes aglomerados, a população concelhia. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta:-----

**PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO – INSTITUTO DE DESIGN – FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Fundação Cidade de Guimarães, que tem como fim principal a concepção, planeamento, promoção, execução e desenvolvimento do programa cultural do evento “*Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012*”, nos termos da alínea a), do artigo 3º dos seus Estatutos, pretende que seja autorizada a ocupação, a título gratuito, de parte do imóvel designado por **Instituto de Design**, devidamente identificado em planta anexa, propriedade do Município, destinando-se à instalação da **FUNDAÇÃO**

**ORQUESTRA ESTÚDIO.** O prédio acima identificado situa-se na Rua da Ramada, com os números de polícia 52, 54, 58, 60, 64, 66 e 68, da freguesia de S. Sebastião, deste concelho, encontrando-se descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 107/S. Sebastião e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 901º. Não havendo qualquer inconveniente na pretensão requerida, propõe-se a celebração de um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Fundação Cidade de Guimarães, por um período de apenas dois meses, renovável por períodos iguais, período necessário até à instalação dos órgãos sociais do Instituto de Design. Deste modo, nos termos da alínea b), do nº 4 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação da celebração de um contrato de comodato, com a Fundação Cidade de Guimarães, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - Informou que vai ser realizada uma obra de infra-estrutura de água e saneamento na Av. Conde de Margaride, no âmbito da empreitada da Requalificação da Escola Secundária Francisco de Holanda; **2** - Informou a Câmara que a próxima reunião ordinária se realiza no dia 7 de Dezembro, em virtude de o dia 8 ser feriado, considerando-se, assim, todos os membros presentes devidamente convocados. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----



-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – De ter sido recebido, no passado dia 27 de Outubro, o Parecer Final respeitante ao Relatório Parcelar nº 1 da IGAL (Parecer Final nº 11/2011), elaborado na sequência da Inspeção ordinária/sectorial ao Município de Guimarães – PROC.º N.º 30800 - Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL), que se encontra disponível para consulta na Secretaria de Expediente Geral desta Câmara Municipal; **2** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado 13 de Outubro de 2011, que adjudicou a prestação de serviços de gestão corrente do Parque de Campismo da Penha ao concorrente “Turipenha – Cooperativa de Turismo de Interesse Público, C.R.L.”, pelo preço contratual de €234.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; **3** – Da seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“Aquisição de terreno onde se encontra implantado o Cybercentro** - No ano de 2005 a sociedade António da Costa Filho & Cª Lda., autorizou a Câmara Municipal a ocupar o lote “D”, do loteamento titulado pelo Alvará nº 1/96, com a área de 290m<sup>2</sup>, de sua propriedade, para implantação parcial do edifício do Cybercentro, mediante permuta por duas parcelas de terreno com as áreas de 200m<sup>2</sup>, e 416m<sup>2</sup>, propriedade do Município. Verificou-se, posteriormente, que sobre o prédio da referida empresa incidia uma hipoteca e uma penhora que não foram canceladas por dificuldades económicas da indicada sociedade, o que inviabilizou a permuta. Assim, de acordo com parecer jurídico prestado em 23 de Julho de 2007, o Município intentou uma ação judicial contra António da Costa Filho & Cª Lda., bem como contra os titulares dos encargos registados, com vista a obter a aquisição por acessão industrial e imobiliária do identificado lote. No âmbito dessa ação, que correu termos na 1ª Vara Mista de Guimarães sob o processo nº 439/08.3TCGMR,

foram proferidos despachos pelo Sr. Vereador Dr. Domingos Bragança e pelo Sr. Presidente da Câmara, datados de 30 de Maio de 2011 e 3 de Junho de 2011, respectivamente, que concordaram em transigir mediante o pagamento da quantia de **€187.500,00**, valor esse vantajoso para a Autarquia, segundo opinião do mandatário do Município, atendendo a que os valores definidos pelos peritos do réu e do Tribunal eram de €200.000,00 e de €203.000,00, respectivamente. A transacção foi homologada por sentença judicial de 28 de Setembro de 2011, comprometendo-se o Município a pagar à Massa Insolvente de António da Costa Filho & Cª Lda., o referido valor de €187.500,00, até 60 dias após data de homologação. Deste modo, e nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 69/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/20002, de 11 de Janeiro, deve o presente assunto ser apresentado à Câmara para conhecimento".

**4** – Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. remetendo, para efeitos do disposto nos art.º 48.º, número 3, alínea d) da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, informação relativa ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 do Município de Guimarães, conforme documento que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas;

**5** – Do ofício da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, remetendo, para conhecimento, em cumprimento das disposições dos Estatutos e do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2012, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

-----**DELIBERAÇÕES**-----



**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA  
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011.**

Foi dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS - PISCINA MUNICIPAL DE SERZEDELO -  
ERROS E OMISSÕES**

– Presente a seguinte proposta: “Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 24 de Outubro de 2011, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites, respeitante ao procedimento da “Piscina Municipal de Serzedelo”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 24 de Outubro de 2011”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

**OBRAS PÚBLICAS - CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO  
CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-  
GRADUADA/DOMUS CIVIL - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Novembro de 2011, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, adjudicada a “António da Silva

Campos, S.A.", pelo valor de €1.262.500,00, da seguinte forma:  
Ano de 2011 - €90.268,75 + IVA = €95.684,87; Ano de 2012 -  
€1.172.231,25 + IVA = €1.242.565,13. **DELIBERADO**

**RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONÇA –  
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –**

**PRORROGAÇÃO DO PRAZO** – Presente a seguinte proposta: "A  
Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7  
de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de  
Gonça a obra de requalificação do Centro Cívico da freguesia, pelo  
valor de € 17.600,66. Em 17 de Outubro de 2011, a Junta de  
Freguesia de Gonça informou esta Câmara Municipal de que não  
dispunha de meios financeiros suficientes para fazer face à  
despesa relativa àquela obra, propondo o adiamento da sua  
execução e a acumulação da verba para o ano de 2012. Nesta  
conformidade, submete-se à consideração do executivo camarário  
a aprovação da alteração do Protocolo de Delegação de  
Competências, assinado em 12 de Abril de 2011 nomeadamente  
quanto ao prazo de realização do seu objecto, propondo-se a  
execução da obra de requalificação do Centro Cívico no ano de  
2012, bem como a transição da respectiva verba necessária à sua  
execução, no valor de € 17.600,66". **DELIBERADO APROVAR**

**POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO –  
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –**

**ALTERAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: "Por deliberação de  
Câmara de 7 de Abril de 2011, foi delegada na Junta de Freguesia  
de Serzedelo a execução das obras de pavimentação da Rua  
Torres Carneiro e Travessas do Agrelo e do Calvário, tendo sido  
concedida para o efeito a verba de €26.607,22. Em 20 de Outubro



de 2011, a Junta de Freguesia de Serzedelo apresentou um pedido de alteração ao protocolo, pelo facto de os proprietários dos terrenos confinantes com a Rua Torres Carneiro não concordarem com a cedência de uma parcela de terreno, destinada ao alinhamento pela rotunda existente na Rua de São Bartolomeu, inviabilizando a obra de "Pavimentação da Rua Torres Carneiro". Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração do objecto do Protocolo de Delegação de Competências, assinado em 12 de Abril de 2011, alterando-se a cláusula 1.<sup>a</sup> que passará a ter a seguinte redacção: "O presente protocolo tem por objecto a delegação de competências na freguesia de Serzedelo para a execução da obra de pavimentação da Rua da Portelinha, Travessa do Junot, Travessa do Agrelo e do Calvário." **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –**

**ALTERAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Souto Santa Maria, a execução de uma obra para a construção de muros na E.M.583, assim como a transferência de uma verba no valor de €11.792,12 para custear a realização dessa obra. No decurso da execução da mesma, verificou-se a necessidade de demolir a totalidade de um edifício, com vista ao alargamento daquela rua, o que implicou um aumento do valor da obra para €21.668,46, conforme auto de medição elaborado pelo Departamento de Obras Municipais e que se encontra junto ao processo. Assim, tendo em conta a diferença entre o valor atribuído através da aludida deliberação da Câmara Municipal e o custo real da obra

executada, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação de um reforço de verba no valor de €9.927,34, nos termos do nº 1 do art.º 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**FREGUESIAS - JUNTA FREGUESIA POLVOREIRA - FESTAS EM HONRA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO - ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

- Presente um ofício da Comissão de Festas de Polvoreira solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra do Santíssimo Sacramento, realizadas nos passados dias 23 e 24 de Julho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Polvoreira, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €120,26. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S.MARTINHO - FESTA EM HONRA DE S. MARTINHO - ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

- Presente um ofício da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Martinho, realizadas nos passados dias 11 a 13 de Novembro. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €39,36. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.-----**



**URBANISMO – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO DA EMPRESA “DOCE RECHEIO UNIPESSOAL, LDA” EM TERRENO SITUADO NA FREGUESIA DE CONDE**

– Presente a seguinte informação do Director de Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “Na sequência do pedido de declaração de reconhecimento de interesse público municipal, solicitado pela empresa “Doce Recheio Unipessoal, Lda.”, de modo a potenciar a regularização das suas instalações (para o fim de estabelecimento de bebidas, pão quente e pastelaria) em terreno classificado (pelo actual Plano Director Municipal) como reserva agrícola nacional e reserva ecológica nacional e da informação técnica emitida pelo Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico datada de 04 Novembro ‘11, com posterior despacho superior de 10 Novembro ‘11, julga-se que: 1. o pedido de emissão de declaração de interesse público municipal solicitado reporta-se à regularização das actuais instalações do estabelecimento associado à empresa “Doce Recheio Unipessoal, Lda.”, no presente situadas em edificação existente na freguesia de Conde, tendo em vista à sua beneficiação e resposta aos requisitos legais hoje em vigor; 2. a empresa em causa, e o respectivo estabelecimento, possuem um carácter predominantemente local, assumindo papel importante quer na prestação de um serviço / comércio de proximidade, quer na socialização e encontro da comunidade; 3. a mesma empresa encontra-se em acompanhamento pelo Centro de Emprego e Formação Profissional, o qual co-financia as obras em causa; 4. o estabelecimento em causa gera quatro postos de trabalhos directos e contribui para a criação indirecta de emprego; 5. do ponto de vista urbanístico, a construção (e intervenção) afigura-

se passível de viabilização já que pressupõe a adaptação e melhoria de uma construção existente e não uma nova edificação (com a criação de uma realidade urbanística nova e com influência directa na envolvente próxima); Assim, em função da realidade da empresa atrás descrita, e seu impacto na economia local, da solução urbanística que se afigura viável, entende-se propor o reconhecimento de interesse público municipal tal como solicitado pelo Requerente, devendo fixar-se como condicionantes a observar que a intervenção a realizar deverá sempre obedecer a critérios de qualidade ao nível urbanístico, arquitectónico e ambiental (que só o desenvolvimento do projecto nas suas fases subsequentes à presente permite avaliar); Face ao exposto, propõe-se a submissão do presente reconhecimento de interesse público municipal ao Órgão Executivo Competente (e, em caso de decisão positiva, à Assembleia Municipal)”. A planta de localização dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**REGULAMENTOS – REGULAMENTO INTERNO DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS MUNICIPAIS** – Presente a seguinte proposta: “Na prossecução das suas atribuições compete ao Município de Guimarães adquirir, conservar, administrar e alienar bens móveis, segundo os modos legítimos do direito natural ou positivo. Os veículos automóveis e máquinas pertencentes ao Município de Guimarães destinam-se exclusivamente à prossecução dos fins que justificaram a sua aquisição, ou seja, à realização das atribuições municipais nos domínios previstos no art.º 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, nomeadamente nas áreas do equipamento rural e urbano, transportes e comunicações, protecção civil, ambiente,



promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e Polícia municipal. A utilização dos veículos automóveis e máquinas municipais é actualmente disciplinada por um conjunto de ordens de serviço que a sua gestão originou ao longo dos anos, estando as respectivas regras hoje estabilizadas, o que permite, nesta fase, criar um Regulamento próprio, que, para além de integrar aquelas regras, visa também racionalizar a despesa e otimizar os recursos municipais nesta matéria, com base nos princípios da racionalização, da eficiência e da gestão centralizada. O Município de Guimarães, no uso das atribuições e competências que lhe estão atribuídas pelo art.º 241º da Constituição da República Portuguesa, pela alínea a), do n.º 2, do art.º 53º, e pela alínea a), do n.º 6, do art.º 64º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o presente Regulamento, designado por REGULAMENTO INTERNO DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS MUNICIPAIS". O Regulamento Interno de Utilização de Veículos Municipais dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima.-----

**REGULAMENTOS - REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA** – Presente a seguinte proposta: "Por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 24 de Outubro de 2002, e da Assembleia Municipal tomada em sua sessão de 9 de Maio de 2003, foi aprovado o novo Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, cuja versão original datava de 1994. Posteriormente, o mesmo Regulamento foi alterado por forma a alargar o âmbito da isenção do pagamento da taxa de

estacionamento pelos residentes, acto aprovado em reunião de Câmara de 6 de Novembro de 2008, e da Assembleia Municipal tomada em sua sessão de 21 de Novembro de 2008. Actualmente, decorrente do desenvolvimento da Cidade, designadamente dos constrangimentos decorrentes da requalificação urbanística dos espaços, da evolução dos conceitos de mobilidade e da necessidade de adequar as condições de acessibilidade e equidade dos munícipes nas zonas com estacionamento de duração limitada, sem prejuízo da população residente nas mesmas, submete-se à aprovação do presente Regulamento. Foi dada particular atenção à eficácia das operações de manutenção, quer pela simplificação, quer pela criação de um mecanismo de pagamento voluntário de actos passíveis de contra-ordenação. No primeiro caso salienta-se a eliminação do regime de isenção parcial do período horário pelos residentes, decorrente da manutenção da possibilidade do mesmo ser total". O Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**REGULAMENTOS - REGULAMENTO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO MUNICIPAIS** – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "Considerando a necessidade da Câmara Municipal de Guimarães prosseguir a sua política municipal de criação de condições de estacionamento, componente fundamental da mobilidade e acessibilidade urbana, nomeadamente pela criação de locais específicos para esse efeito. Considerando que o artigo 70.º do Código da Estrada e o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 81/2006, de 20 de Abril, consagra a necessidade da existência de um Regulamento que defina as





condições de utilização e as taxas devidas pelo estacionamento. O presente regulamento tem por objectivo rever e actualizar o actual regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais aprovado por deliberação camarária de 24 de Novembro de 2005 e ratificada pela Assembleia Municipal de 15 de Dezembro de 2005, com as alterações introduzidas pela deliberação de Câmara de 8 de Junho de 2006, e da Assembleia Municipal tomada em sua sessão de 14 de Julho de 2006, colectando a experiência recolhida na gestão dos parques de estacionamento municipais, iniciada com a abertura ao público do Parque Central (estádio), em regime de pagamento horário ou fracção, sem reserva de espaço, para viaturas ligeiras. Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de Abril e no art.º 70º do Código da Estrada, propõe-se a aprovação do Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais". O Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO PARA O TRIÉNIO 2012/2014** – Presente, para ratificação e posterior envio à Assembleia Municipal, igualmente para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Novembro de 2011, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: "Considerando a necessidade e a

urgência imperiosa que a aquisição de serviços de seguros de acidentes de trabalho, seja assegurada no primeiro dia útil de Janeiro de 2012 e que na sequência do concurso público aberto para o efeito todas as propostas apresentadas foram excluídas, submete-se para aprovação superior a abertura de novo procedimento de acordo com o caderno de encargos, em anexo, bem como a correspondente repartição de encargos, a ratificar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Aquisição de serviços – Seguro de Acidentes de Trabalho para o triénio 2012/2014; **Período de vigência:** 3 anos civis (2012 a 2014); **Preço base:** 429.353,24€ (isento de IVA); **Repartição de encargos:** Ano 2012: €143.117,75; Ano 2013: €143.117,75; Ano 2014: €143.117,75. **Classificação económica:** 01030901. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do ajuste directo ao abrigo do critério material previsto na alínea b), n.º 1, artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Fornecedores a consultar:** Allianz Portugal – Companhia de Seguros, S.A.; Companhia de Seguros Açoreana, S.A. **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projectos Financeiros; **Vogais Suplentes:** - Maria Inês Ribeiro, Directora do Departamento de Recursos Humanos; - Maria Luísa Vilaça, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os**



**esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões e as prorrogações de prazos, sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior”. O Caderno de Encargos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR E SUBMETER A RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.---**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO** – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Arquivo: “**1. Objecto:** Prestação de Serviços de Restauro de Livros do Arquivo de Registo Paroquial Custodiado pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. **2. Considerando que:** a presente prestação de serviço destina-se a assegurar o restauro de documentos para posterior digitalização dos livros do registo paroquial, prevista no Orçamento Geral e aprovada na candidatura ao FEDER – 000038 – “Digitalização um processo de acessibilidade e conteúdos e serviços on-line”; a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência na área de restauro de documentos; de acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal; trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, considerando os

seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de restauro de documentos/livros do arquivo de registo paroquial custodiado pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; b) A despesa anual estima-se em 10.690,00 € (dez mil seiscentos e noventa euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor); C) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 08.02.02.20 correspondente ao ano de 2011; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo de acordo com o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "O Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, tendo em atenção a extensão, a qualidade e a diversidade dos seus Fundos Arquivísticos, é o fiel depositário da alma Vimaranense. O Arquivo Municipal é um espaço vivo, um espaço dinâmico – pulsante até – mas esta vivência será tanto mais verdadeira quanto mais conhecidos e estudados forem os seus preciosos documentos. Daqui emerge a imperiosa necessidade de, por um lado, salvaguardar as espécies documentais dos agentes patogénicos e agressões externas e, por outro, garantir a máxima perenidade do documento e do seu suporte físico. Esta salvaguarda, esta perenidade encerra em si mesmo toda a temática da "Identidade Vimaranense" identidade essa consubstanciada na mais que verdadeira expressão de "Berço da Nacionalidade". Na verdade Guimarães não só é o Berço da Nacionalidade como também é o denominador comum, o centro e a génese irradiadora de toda a Portugalidade, logo, indiscutivelmente, o Berço da Lusofonia. Se é público e notório o empenho, enfoque e Liderança do Partido Social Democrata na abordagem das questões da "Identidade", do "Legado", dos



“Direitos” do Território Vimaranesense, logo não será de estranhar a natureza e circunstância desta Declaração de Voto, uma vez que este décimo quarto ponto da agenda trata, justamente, estas matérias, estas temáticas; com efeito o *restauro de documentos para posterior digitalização dos livros do registo paroquial* é, por si só, a persecução e efectivação da salvaguarda da “Identidade Vimaranesense” o que merece a nossa absoluta concordância. Os vereadores do Partido Social Democrata reafirmam a sua concordância com as considerações expressas pela Chefe de Divisão do Arquivo, contudo, também não podem deixar de referir a injustificável ausência de informação no que concerne ao número de Livros de Registo Paroquial que necessitam de restauro, por um lado, e, por outro, quantos Livros de Registo Paroquial serão objecto deste contrato de prestação de serviço”. -

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRECTIVA DE ELEVADORES PARA O MERCADO MUNICIPAL** – Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente:

**1. Objecto:** O objecto do contrato de prestação de serviços é a manutenção preventiva e correctiva de elevadores, com substituição ou reparação de componentes quando se justifique, para os elevadores do Mercado Municipal. **2.**

**Considerando:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requererem conhecimentos e formação especializados e experiência em serviços de manutenção preventiva e correctiva de elevadores, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro. De acordo com o n.º 1 do art.º 4 deste diploma legal o proprietário de uma instalação em serviço (elevador) é obrigado a celebrar um

contrato de manutenção com uma Empresa de Manutenção de Ascensores (EMA) e, segundo o n.º 1 do art.º 6.º, só podem exercer a actividade de manutenção as entidades inscritas na Direcção-Geral da Energia, em registo próprio. Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma EMA. Trata-se, pois, de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Que este serviço se encontra assegurado desde 01 de Julho de 2007 pela empresa Schmitt - Elevadores, Lda., e que agora se pretende renovar por mais três anos, com início em de 01 de Janeiro de 2012 a 31 de Dezembro de 2014. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a renovação da prestação de serviços de manutenção preventiva e correctiva de elevadores com substituição ou reparação de componentes quando se justifique. b) A despesa anual estima-se em €2.746,52, com pagamento trimestral de €686,63 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em consideração o valor pago no ano passado, mas que poderá sofrer alteração mediante proposta a apresentar pelo prestador do serviço. c) A despesa tem cabimento orçamental no 05.02.02.19. correspondente ao ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, no regime geral previsto na alínea a do nº1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, com convite à empresa Schmitt - Elevadores, Lda., pelas razões supra expostas. e) Mais



se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - PROJETO DE ARQUITETURA DA VIA CIRCULAR DA CIDADE, DENOMINADA DE "CIRCULAR SUL-NASCENTE" - ALTERAÇÕES AO PROJETO** – Presente a

seguinte informação dos Serviços do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “**1.** Objecto: contratação de um serviço referente à realização dos projectos de especialidade de apoio ao projecto já entregue e aprovado, face ao desenvolvimento no tempo e à alteração ao programa contratado inicialmente. **2.**

**Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em engenharia civil na componente de estabilidade e hidráulica, sistemas de trânsito – sinalética. Trata-se de um trabalho que concorre para o resultado final, decorrendo o mesmo da necessidade de se ajustar o programa inicialmente traçado, bem como, de outros trabalhos que entretanto, face à alteração da legislação, passaram a ser necessários. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada

pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a adaptação do programa às seguintes exigências: 1. dar prossecução aos trabalhos realizados no âmbito do programa hidrológico da Ribeira de Couros, no sentido de minimizar impactos negativos na baixa da cidade, actual zona de Campurbis; 2. rever optimização das redes escoamento de águas pluviais de toda a bacia da cidade de Guimarães; 3. incluir os trabalhos previstos no estudo para localização de pontos de afluência das águas pluviais ao nível do meio da encosta; 4. Alterar a localização da via ajustando-a à nova realidade do espaço físico, decorrente das intervenções urbanísticas entretanto levadas a efeito. É também a realização de trabalhos adicionais entretanto exigidos após a entrada em vigor do código de contratação pública, e portaria 701-H/2008. b) A despesa anual estima-se em €24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.06, correspondente ao Plano Plurianual de Investimento do ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante a figura de ajuste directo, com convite a uma empresa, por recurso aos critérios materiais, considerando o disposto na al. e) do n.º 1 do art.º 24.º, conjugado com o previsto no n.º 4 do art.º 20, ambos do Código dos Contractos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Mais se informa-se que caso seja aplicável, será aplicada a redução remuneratória prevista no art.





19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conforme documento em anexo". **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AUDITOR EXTERNO** – Presente a seguinte

informação da Directora do Departamento Financeiro: "1.

**Objecto:** Prestação de Serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas nos termos do nº2 do artigo 47º e do nº1 do artigo 48º. **2. Considerandos:** Constitui objecto do

presente contrato a certificação legal das contas e a verificação das contas anuais da Câmara Municipal de Guimarães, consubstanciada nas competências expressas no nº2 do art.º 47º e nas alíneas a) a e), nº3, art.º 48º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sendo nomeado por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. **3.**

**Proposta:** a) Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: O objecto do contrato é certificação legal das contas e a verificação das contas anuais da Câmara Municipal de Guimarães, consubstanciada nas competências expressas no nº2 do art.º 47º e nas alíneas a) a e), nº 3, art.º 48º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro. Compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas: a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município; c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; d) Remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município ou da entidade associativa municipal, consoante o caso, informação sobre a respectiva situação económica e financeira; e) Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal. f) Prestar esclarecimentos e pareceres correntes de carácter contabilístico ou fiscal que se coloquem no quadro das áreas de incidência do trabalho de auditoria. b) A despesa anual estima-se em €14.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o contrato a celebrar pelo período de três anos. c) A despesa tem dotação orçamental prevista na rubrica orçamental 020214, correspondente ao ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Directo, nos termos do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "É-nos hoje proposto que nos pronunciemos sobre o parecer prévio acerca da aquisição dos serviços de um Auditor Externo, para certificação legal das contas. Esta é a situação que nos é colocada, e que nenhuma reserva nos merecerá. Há no entanto uma questão de natureza política em torno desta matéria. Em Abril deste ano, numa intervenção que



teve lugar na Assembleia Municipal, o PSD alertou para a necessidade de eleição de um Auditor Externo no decurso do presente mandato, pois que as contas poderiam estar feridas de ilegalidade por falta de certificação por quem de direito, ou melhor, por quem estivesse devidamente eleito para o efeito. O Auditor Externo que se encontra ainda em funções foi eleito no ano 2007. Respondeu a Câmara, pelo seu Vice-Presidente, Dr. Domingos Bragança, dizendo que o Auditor Externo estava devidamente nomeado, não sendo necessária nova nomeação, pelo que tudo se encontrava em conformidade com a lei. Perante a insistência do PSD, o Presidente de Câmara entendeu solicitar um parecer à CCDR-N. Esse parecer chegou agora, dizendo que “o prazo de vigência de um contrato deste tipo não pode ser superior a três anos mas, admite-se no art.º 48º do mesmo normativo que se possa fixar, a título excepcional, desde que fundamentado, um prazo superior.” Não é conhecida qualquer fundamentação de excecionalidade por parte da Câmara. E a prova disso é que, por não ter certezas quanto à lei aplicável, solicitou o referido parecer. Pelo que as contas do Município poderão, apesar do que aqui hoje votaremos, estar indevidamente certificadas, desde 2009. E a verdade é que não fora o alerta e as diligências do PSD, e continuávamos alegremente na vanguarda da ilegalidade, e pior, em desconhecimento de que o estávamos. Se isto não for sinal de falta de competência, ao cabo de tantos anos de exercício do poder terem que ser alertados pela oposição para esta circunstância, não sei o que o será. De qualquer forma, e porque esta é uma retificação de uma situação que deveria estar já retificada, aprovaremos este ponto que em função do que ficou dito, peca apenas por tardio”. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE  
PARECER PRÉVIO - TRABALHOS COMPLEMENTARES DO  
PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA  
MUNICIPAL RAUL BRANDÃO** – Presente a seguinte informação

dos Serviços do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “**1. Objecto:** O serviço a contratar reporta-se aos trabalhos complementares necessários realizar ao projecto de requalificação da Biblioteca Municipal Raul Brandão, nomeadamente no que se refere à execução do projecto de estabilidade e estruturas do posto de transformação eléctrica (que o desenvolvimento do projecto veio colocar como necessário), à reprogramação funcional de alguns espaços em função da não concretização imediata da ampliação deste equipamento e concretização de elementos de projecto que a legislação actual impõe (e que, na data do procedimento de contratação inicial, não se observavam). Assim, o mesmo serviço a contratar visa assegurar os trabalhos necessários à execução do projecto da requalificação da Biblioteca quer porque não previsíveis no momento da adjudicação inicial, quer porque naturalmente não foram contemplados no respectivo procedimento. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é



a realização de trabalhos complementares necessários ao projecto de requalificação da Biblioteca Municipal Raul Brandão. b) A despesa anual estima-se em €18.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa será incluída no Orçamento do Município para o ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste directo à empresa ARQT.OF – arquitectos associados, Lda. / arquitecta Florisa Gonçalves (autora do projecto de adaptação do edifício a biblioteca e autora do projecto de requalificação do mesmo) de acordo com estipulado no artigo 24º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos (critérios materiais), prevendo-se o seu início em Janeiro 2012. e) Caso aplicável, observar-se-á a redução remuneratória prevista no artigo 19 da Lei do Orçamento de Estado porque se trata de um procedimento novo com a mesma contraparte e mesmo objecto”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À CONSULTADORIA DE ARTE PÚBLICA NO ÂMBITO DA CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012 (PRORROGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR MAIS UM ANO)** – Presente a

seguinte informação dos Serviços do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “**1. Objecto:** O serviço que se pretende contratar diz respeito à consultadoria de arte pública (no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012) a prestar no âmbito das acções de requalificação territorial a levar a efeito no concelho de Guimarães, nomeadamente naquelas acções respeitantes às unidades orgânicas Mapa 2012 e Divisão do Centro Histórico. A presente consultadoria foi já objecto de uma prestação de serviços (por um ano) na qual se encontra expresso que

verificando-se o interesse do Município em prorrogar tal consultadoria por mais um ano e a disponibilidade do prestador de serviços para tal, a consultadoria em causa poderia ser prorrogada por mais doze meses (um ano). **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em trabalho de arte pública, não apresentando a Autarquia possuir técnicos habilitados em conformidade com tal requisito; De acordo com informação prestada pela Vereadora responsável pelo pelouro da reabilitação, existe interesse municipal na prorrogação da consultadoria em causa e informação veiculada pelo Prestador de Serviços, existe disponibilidade para tal; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, tendo em reunião de 04 Março 2010, o Órgão Executivo autorizado o desenvolvimento de um procedimento tendente à contratação da pessoa singular Ivo Martins (anexo 3). **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização de consultadoria de arte pública (no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012) a prestar no âmbito das acções de requalificação territorial a levar a efeito no concelho de Guimarães. b) A despesa anual estima-se em €18.750,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor (tendo sido já aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 19 da lei do Orçamento de Estado para 2011, verificando-se uma redução de 50% relativamente à despesa anual registada



no primeiro ano da consultadoria). c) A despesa tem cabimento orçamental no Plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste directo com convite a uma entidade (Ivo Martins na sequência do trabalho já realizado anteriormente) de acordo com estipulado no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À REALIZAÇÃO DO ESTUDO “ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE SOCIECONÓMICA DO CAMPURBIS” -**

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “**1. Objecto:** O serviço que se pretende contratar diz respeito ao estudo “análise da sustentabilidade socioeconómica do CAMP URBIS” a realizar no âmbito da parceria para a regeneração urbana do CAMP URBIS, parceria essa objecto de uma candidatura QREN aprovada (e que contempla uma acção específica para o estudo em causa). Visando construir uma noção global do modelo de gestão e funcionamento de todo o CAMP URBIS (envolvendo os equipamentos já existentes – complexo multifuncional de Couros – aqueles em construção – instituto de design, centro de ciência viva e centro avançado de formação pós-graduada – e aqueles perspectivados – centro de formação profissional e requalificação do teatro Jordão para curso superior de teatro e artes performativas e escola de música Valentim Moreira de Sá), indiciando e conformando mecanismos de gestão, coordenação e funcionamento que favoreçam um comportamento futuro eficaz e eficiente de toda esta realidade urbana, este estudo afigura-se

multidisciplinar, envolvendo saberes e áreas disciplinares como economia, gestão, direito, urbanismo, sociologia, entre outros e constituirá o documento de base de actuação para a fase subsequente à concretização física dos equipamentos previstos para o CAMP URBIS (nomeadamente ao nível da gestão dos funcional, racionalização económica e ocupação programática da globalidade do espaço urbano). O presente estudo insere-se na candidatura QREN aprovada na sua componente de “serviços – estudos, pareceres, projectos e consultadoria”. **2.**

**Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em trabalho de equipa multidisciplinar, não apresentando a Autarquia possuir Técnicos habilitados à execução da globalidade de tais especialidades; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos pode ser equacionada a adjudicação do trabalho a entidade externa quer em função da previsão em candidatura QREN de tal contratação, quer em função da necessidade de uma grande experiência e conhecimento neste tipo de trabalhos; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do estudo “análise da sustentabilidade socioeconómica do CAMPURBIS” a realizar no âmbito da parceria para a regeneração urbana do CAMPURBIS, parceria essa objecto de uma candidatura QREN





aprovada (e que contempla uma acção específica para o estudo em causa). b) A despesa anual estima-se em €74.900,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa será incluída no Orçamento do Município para o ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste directo com convite a três empresas de acordo com estipulado no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos), prevendo-se o seu início em Janeiro 2012". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

O **Vereador André Coelho Lima** solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta. Assim, o Vereador André Coelho Lima disse que os vereadores do PSD seriam naturalmente a favor da aquisição deste estudo de sustentabilidade socioeconómica do CampUrbis. No entanto, como disse, era importante perceber-se *"porque razão vem este estudo apenas agora?"* Continuou, dizendo que *"qualquer empresa que pretenda aferir da viabilidade económica dum negócio, procura saber essas informações antes do investimento, e não já depois de tudo estar definido e construído"*. Questionou, ainda, a Câmara Municipal nos seguintes termos: *"E se o estudo vier a concluir pela inviabilidade dos equipamentos e do espaço, o que vai a Câmara fazer?"* Terminou, dizendo que estes estudos pedidos a destempo não favorecem, manifestamente, a credibilidade do resultado final uma vez que parece evidente que a Câmara pretende um estudo que dê um resultado que seja agradável, sob pena de pôr em causa todo o investimento realizado, ou seria incompreensível, e até ridículo, pedir um estudo de viabilidade depois dos equipamentos estarem todos construídos. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE  
PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A  
ACTUALIZAÇÃO DA REDE DE SEGMENTOS DE EIXOS DE VIA  
CARACTERIZADA COM TOPONÍMIA, SENTIDOS E  
RESTRIÇÕES DE TRÂNSITO, BEM COMO A  
GEOREFERENCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE PORTAS,  
PARA A ÁREA GEOGRÁFICA DO CONCELHO DE GUIMARÃES**

- Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: **1. Objecto:** O serviço a contratar consiste num levantamento exaustivo no terreno, porta a porta, da toponímia e dos números de polícia das artérias e lugares de toda a área geográfica correspondente ao concelho de Guimarães. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização de trabalhos de levantamento exaustivo no terreno, porta a porta, da toponímia e dos números de polícia das artérias e lugares de toda a área geográfica correspondente ao concelho de Guimarães. b) A despesa anual estima-se em €70.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor (refere-se que a presente aquisição de serviço foi já objecto de uma candidatura QREN que assegura 80% de financiamento da despesa a realizar). c) A despesa será incluída no Orçamento do Município para o ano



de 2012. d) O conhecimento do território toponímico, dos identificadores de porta e do código postal, por parte dos CTT, e as valências cartográficas e de navegação (redes de eixos de via e sentidos de trânsito), traduz-se num levantamento de campo de grande fiabilidade, suportado por recursos humanos que conhecem efectivamente o território toponímico e de identificação das Portas. Face ao exposto, e porque não existe outro fornecedor capaz de responder conjuntamente aos requisitos técnicos exigidos, propõe-se que o procedimento de formação do contrato seja realizado mediante um procedimento de ajuste directo aos CTT de acordo com estipulado no artigo 20 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, prevendo-se o seu início em Janeiro 2012. e) Caso aplicável, observar-se-á a redução remuneratória prevista no artigo 19 da Lei do Orçamento de Estado porque se trata de um procedimento novo com a mesma contraparte e mesmo objecto". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA JURÍDICA – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – RATIFICAÇÃO** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Em Dezembro de 2010, na sequência da prevista e legalmente exigida revisão da estrutura dos serviços do Município, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, foi determinada, por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e por ajuste directo, a aquisição de serviços de apoio jurídico à sociedade de advogados "Fernando Alberto, Gomes Alves, Marcos da Silva, Vieira de Castro e Associados", com vista a analisar o reflexo de tal revisão nas comissões de serviço dos dirigentes em funções no município. No entanto, e

porque não estava ainda clarificado se o tipo de contrato estava abrangido pela obrigatoriedade de parecer prévio do órgão executivo, de acordo com o disposto no art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, tal parecer não foi submetido à aprovação da Câmara Municipal. Em face do Orçamento de Estado para 2011, aprovado pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passou a considerar-se que todas as prestações e aquisições de serviços de consultoria técnica, nas áreas jurídica, de arquitectura, de engenharia e de informática, devem ser objecto de autorização prévia do Órgão Executivo, pelo que deve ser ratificado o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é o estudo das consequências da nova estrutura dos serviços municipais nas comissões de serviço dos dirigentes. b) A despesa anual estima-se em €500,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato foi através de ajuste directo, considerada a reconhecida experiência e conhecimentos da adjudicatária em matéria de regime jurídico dos trabalhadores em funções públicas. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que, atento o valor em causa, não é aplicável qualquer redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro". **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----



**PATRIMÓNIO – JUNTA DE FREGUESIA DE AROSA –  
CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO DO EDIFÍCIO  
ESCOLAR DE MONTE, FREGUESIA DE AROSA**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Arosa solicitou a cedência do antigo edifício escolar de Monte, da freguesia de Arosa, actualmente desactivado, bem como o respectivo mobiliário, com vista à criação de um centro de convívio onde serão desenvolvidas actividades lúdicas ligadas à dança, artesanato, informática e leitura. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, tendo aquela escola sido encerrada, e considerando a possibilidade de se atribuir nova utilização aos edifícios escolares devolutos, deverá aquele espaço ser aproveitado para a instalação de valências culturais e sociais, que se traduzam num efectivo enriquecimento da oferta de serviços à população, pelo que se conclui não haver qualquer inconveniência quanto à utilização do referido prédio, e seu mobiliário, para os fins pretendidos pela indicada Junta de Freguesia. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Junta de Freguesia, e demais população, tendo aquela autarquia pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a cedência à Freguesia de Arosa do mobiliário e do antigo edifício escolar de Monte, Arosa, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 461/20090729 e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 348, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se

anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES - DOAÇÃO AO MUNICÍPIO - TELEVISOR PLASMA**

**LG** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques vem solicitar a integração no património municipal, de um televisor plasma de marca LG, e respectivo suporte, recentemente adquiridos para a EB1/JI de Mascotelos. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação os equipamentos audiovisuais são recursos extremamente importantes no processo ensino-aprendizagem, demonstrando-se como essenciais à dinamização das práticas pedagógicas, servindo de apoio ao enriquecimento curricular. Por outro lado, o equipamento audiovisual, propriedade do Município, existente naquele estabelecimento escolar apresenta já um elevado nível de desgaste, atendendo que foi adquirido há mais de 7 anos, encontrando-se totalmente amortizado. À presente doação deverá ser atribuído um valor de €493,90, correspondendo €449, 00 ao plasma e €44,90 ao suporte, conforme factura que se anexa. Desta forma, deverá ser submetida a deliberação camarária a aceitação da doação, a favor do Município, do televisor plasma de marca LG, ao abrigo do disposto na alínea h), n.º 1, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**Pelas 12:05 horas ausentou-se a Vereadora Luísa Oliveira.**

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA –**



**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DOS SISTEMAS PÚBLICOS E PREDIAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS** - Presente um ofício da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A. remetendo, para apreciação e votação, a Proposta de Alteração ao Regulamento dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. **O Vice-Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que é membro do Conselho de Administração da VIMÁGUA, EIM, SA.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA – PROPOSTA DE REVISÃO TARIFÁRIA** - Presente um ofício da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, remetendo, para apreciação e votação da Câmara Municipal, a Proposta de Revisão Tarifária, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. **O Vice-Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que é membro do Conselho de Administração da VIMÁGUA, EIM, SA.** -----

Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Em matéria de

tarifas devidas pelo serviço de água e saneamento, a posição do ente público não pode ser a de se limitar a lançar taxas diversas sobre o serviço, tantas vezes à revelia das recomendações das entidades reguladoras. Sobretudo tratando-se, como se trata, de alguém que gere um bem de primeira necessidade, em situação do mais absoluto monopólio. Antes do mais, importa dizer que neste particular entendemos, à semelhança do que aqui defendemos em sede de Orçamento para 2012, que falta um plano de contenção de despesas, um plano que vise adequar a VIMÁGUA à difícil situação que nos espera, ao emagrecimento de estruturas que se exige ao Estado central, e às autarquias locais e respetivo setor empresarial. Sem um tal plano, sem uma tal estratégia, é fácil ao Estado (e neste caso à VIMÁGUA) lançar mão de taxas fixadas imperativamente, exigindo dos cidadãos um esforço para o pagamento de um serviço para o qual não têm alternativa ou possibilidade de escolha, continuando a contratar pessoal e a aumentar a estruturas. Por outro lado, cremos que o Estado, diretamente ou através do seu setor empresarial, deve procurar assegurar a sustentabilidade de um serviço, mas igualmente aplicar os seus impostos e taxas de acordo com critérios de natureza política, critérios de equidade, donde resulta dever tratar-se igual o que é igual e diferente aquilo que é diferente. Sendo a água um bem de primeiríssima necessidade, a VIMÁGUA não pode atuar como se não vivesse no Mundo em que hoje estamos, como se não soubesse das dificuldades por que tantas famílias passam. Nessa medida, entendemos deverem ser adotadas as seguintes medidas, em sede de revisão tarifária: 1 - Criação de um tarifário social (utilizadores domésticos) - Em reforço ao mecanismo de progressividade de escalões de consumos domésticos, já amplamente aplicado em Portugal, e





atendendo ao fundamental desiderato de assegurar a acessibilidade económica a estes serviços por parte dos utilizadores finais domésticos de menor rendimento, entendemos dever ser disponibilizado o acesso a um tarifário social a estes utilizadores, sem prejuízo da possibilidade de se disponibilizar também um tarifário específico. Este tarifário social consiste numa isenção das tarifas fixas e da aplicação ao consumo total do utilizador das tarifas variáveis do primeiro escalão, até ao limite mensal de 15 m<sup>3</sup> e, no caso dos serviços de gestão de resíduos, pela isenção da respetiva tarifa fixa. De referir que a adoção de uma tarifa social deriva da Recomendação nº 1/2009 do IRAR (Instituto Regulador de Águas e Resíduos). 2 - Criação de um tarifário para famílias numerosas (utilizadores domésticos) - As tarifas de abastecimento, saneamento e gestão de resíduos podem também ser reduzidas em função da composição do agregado familiar dos utilizadores finais domésticos. Esta medida teria por objetivo combater a forma como o plano tarifário está atualmente gizado, uma vez que este penaliza os consumos excessivos e utilização abusiva de água, contudo, estes tarifários não contemplam e até penalizam as famílias numerosas que, devido ao número de elementos, não conseguem consumir pouca água, mesmo que façam grandes esforços no seu uso racional. A redução acima descrita deve concretizar-se através da adoção de um mecanismo de moderação tarifária pelo ajustamento dos escalões de consumo em função da dimensão do agregado familiar, em termos a melhor definir pela entidade titular. Este tarifário para famílias numerosas tem sido aplicado, com assinalável sucesso, noutros municípios (como Porto e Cascais), deriva igualmente da Recomendação nº 1/2009 do IRAR, e vem sendo defendida pela Associação Portuguesa de Famílias

Numerosas (APFN). 3 - Flexibilização dos critérios aplicáveis a utilizadores não domésticos - As taxas de ligação aplicáveis às empresas, são-no de acordo com o critério "cego" do m<sup>2</sup> de área coberta, no entanto, existem muitas empresas e negócios (designadamente no caso dos armazéns) que têm um número muito reduzido de trabalhadores, de utilização da rede, e no entanto, têm que pagar uma fatura bem superior à utilização que alguma vez dão. Entendemos que a aplicação de critérios demasiado rígidos, que não permitam uma análise pontual de algumas situações, não estão em conformidade com os critérios de justiça que devem presidir à aplicação do presente tarifário. 4 - Isenção progressiva das taxas de ligação - É já antiga a proposta de PSD de redução de 50% nas taxas de ligação, como forma de incentivo a que o investimento público efetuado em levar água e saneamento a praticamente todo o concelho, se transforme efetivamente em melhoria das condições de vida dos cidadãos, e não apenas numa possibilidade de lucro para a empresa que fornece água em regime de monopólio. No entanto, agora, não é apenas o PSD quem o diz. Disse-o a anterior Ministra do Ambiente do governo socialista, Dulce Pássaro, e di-lo igualmente a da Recomendação nº 1/2009 do IRAR, que defende que se deve evoluir para *"uma situação de não cobrança de tarifas pela execução de ramais e pela ligação ao sistema público... que deve ocorrer de forma gradual, recomendando-se para o efeito que: a) No primeiro ano em que seja implementada esta Recomendação devem ser cobrados pela execução de ramais de ligação valores até uma percentagem máxima de 80% dos valores em vigor a 31 de Março de 2009; b) A percentagem máxima prevista na alínea anterior deve reduzir-se em 20 pontos percentuais em cada exercício económico subsequente, por forma a suprimir a*



*cobrança destes valores num prazo máximo de cinco anos.” Ora, este apelo a uma gradual eliminação dos montantes cobrados pelos ramais de ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos de abastecimento e saneamento, que constituem atualmente um dos obstáculos à desejável universalização do acesso dos utilizadores a estes serviços, deve ser atendido e seguido, essencialmente por razões sociais, ambientais e de saúde pública, que são os valores que ao Estado cabe assegurar. No entanto esta proposta de revisão ignora completamente esta recomendação. E é aliás a demonstração do porquê dos consumidores de Guimarães, num inquérito realizado pela Deco-Proteste, terem colocado a VIMÁGUA em antepenúltimo lugar na tabela dos prestadores de serviço de água e saneamento do Norte de Portugal, o que são dados que devem levar a gestão da VIMÁGUA a refletir e reponderar o seu rumo. Assim: Mantendo-se na Proposta de Revisão Tarifária a cobrança de elevadas taxas de ligação, que diz de forma meramente semântica que defende uma consciência social, embora não adotando nenhuma destas medidas com verdadeiro impacto social, e que diz seguir as Recomendações do IRAR, não seguindo nenhuma das acima mencionadas, votaremos contra”.-----*

**RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 9 ASSISTENTES TÉCNICOS**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “1. Foi deliberado pela Câmara Municipal, em sua reunião de 4 de Novembro de 2010, o recrutamento para contratação por tempo indeterminado dos postos de trabalho acima referidos, cujo procedimento concursal foi publicado em Diário da República, 2ª série nº 32, de 15 de Fevereiro de 2011. Este procedimento respeitou na íntegra o disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de

Junho, sendo destinado exclusivamente a candidatos já detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Neste concurso não se conseguiu, contudo, recrutar qualquer candidato. 2. Os responsáveis pelas unidades orgânicas a cujos serviços seriam afectos os trabalhadores em causa mantêm, conforme informações recentemente prestadas, a necessidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, dadas as carências de recursos humanos para o exercício destas funções. Os postos de trabalho indicados nas citadas informações, já previstos no mapa de Pessoal para 2010, mantêm-se no mapa de pessoal para 2011, como necessidades permanentes. Em termos de evolução de recursos humanos nesta carreira, registaram-se, entre Janeiro e Outubro de 2011, 9 saídas e 5 admissões na instituição. Apesar de já terem sido apresentados pedidos de mobilidade de trabalhadores para esta categoria, certo é que se trata, em todos os casos, de situações que, em face do actual quadro legal, nunca se poderiam consolidar em definitivo, não conseguindo responder, deste modo, às necessidades de carácter permanente assinaladas e previstas no mapa de pessoal. 3. Atentos os pressupostos e condições referidos, devem prosseguir os procedimentos necessários à contratação, por tempo indeterminado, de trabalhadores para ocupação dos nove postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, através de procedimento concursal a abrir agora, excepcionalmente, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º daquela Lei n.º 12-A/2010, a candidatos sem prévia relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da manutenção da preferência legal àqueles que a detêm. Nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008, de 11 de



Setembro, bem como com o n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação dos postos de trabalho carece de aprovação do órgão executivo do Município. Assim, e existindo verba orçamental disponível, proponho a abertura de procedimento concursal para ocupação dos nove postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, nos termos aqui previstos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA D. DOMINGOS DA SILVA GONÇALVES - FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Guimarães (S. Sebastião), assinalada na planta anexa. A sua elaboração permitirá melhorar as condições de segurança e acessibilidade local”. A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “A situação desta rua foi abordada pelo vereador do PSD André Coelho Lima nas reuniões do dia 10.02.2011 e 07.04.2011. Nessa altura o vereador alertou para a deficiente condição da Rua Dom Domingos da Silva Gonçalves, atendendo a que, em cerca de 70% da sua extensão, não permite tampouco o cruzamento de dois automóveis, referindo ser inadmissível que numa via que dista cerca de 50 m de uma zona que será requalificada no âmbito das intervenções da CEC/2012 (Largo da República do Brasil ou Campo da Feira), não seja sequer permitido o cruzamento de automóveis. Mais referiu que

esta situação era ainda mais incompreensível quando ainda muito recentemente foi construído um edifício de habitação novo (edifício Portas do Condado), que é servido essencialmente por esta via, que apresenta uma configuração própria de aldeias ou e não já no século XXI. Na reunião de 10.02.2011, o Presidente de Câmara informou que a Câmara já havia encetado diligências para solucionar essa questão, e que a situação se revestia de particular dificuldade atendendo a que os proprietários dos terrenos que permitem o alargamento da via são instituições de solidariedade social, que dificilmente cederiam o seu terreno para alargamento da via. Ora, em face disto, na reunião de 07.04.2011 o vereador do PSD informou que se dirigiu às instituições em causa tendo sido informado que nenhuma delas havia sido abordada pela Câmara de Guimarães com vista a uma negociação tendente a permitir o alargamento da dita via. Tendo ainda sido dito, pelos dirigentes das instituições, que não se oporiam a tal intenção uma vez que consideram que a Rua D. Domingos da Silva Gonçalves se encontra já em condições desadequadas ao tráfego automóvel que pela mesma circula. Em face do exposto, os vereadores do PSD são favoráveis a que a via em causa tenha sentido único, medida há muito reclamada, por serem insuficientes as condições daquela via para o cruzamento de automóveis. No entanto, claramente que seria preferível, contando com a colaboração dos proprietários, proceder-se a um alargamento da via, até porque a mesma é praticamente a única via de acesso a Lugarinho e S.Roque, ao longo da encosta, pelo que a atribuição de apenas um sentido (descendente) dificultará em muito o acesso a essas áreas. Até porque se terá que fazer pela Rua José Teixeira de Abreu, rua essa que se situa a um nível bastante superior à Rua D. Domingos da Silva Gonçalves. Os vereadores do PSD votam



favoravelmente, por ser esta proposta que nos é presente melhor que a situação atual. No entanto manifestam a sua discordância pela solução adotada, pois que consideram que dada a proximidade desta rua à zona central da cidade (Campo da Feira e acesso à zona de couros) e a importância de que se reveste, claramente que a solução a adotar seria a do alargamento da via”.

**TRÂNSITO - CRIAÇÃO DE NOVAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E ALTERAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO ENTRE ÁREAS DE MAIOR OU MENOR PROCURA**

- Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Considerando a necessidade de adequar a oferta de estacionamento à crescente procura, garantindo a rotatividade do mesmo por pequenos períodos de tempo; Considerando a requalificação de espaços no centro da Cidade; Considerando o congestionamento de trânsito decorrente do estacionamento abusivo, designadamente em segunda fila, e as suas repercussões na fluidez de trânsito; Propõe-se à Câmara a criação de novas zonas de estacionamento de duração limitada nos seguintes arruamentos: 1. Largo Dr. João da Mota Prego, com limite máximo horário de 2 horas; 2. Rua Padre Gaspar Roriz, com limite máximo horário de 2 horas; 3. Alameda Dr. Alfredo Pimenta, junto à escola Francisco de Holanda, com limite máximo horário de 2 horas; 4. Rua Teixeira de Pascoais (Nascente), com limite máximo horário de 2 horas; 5. Rua Capitão Alfredo Guimarães (à direita), com limite máximo horário de 2 horas. Propõe-se ainda a alteração da definição das áreas de maior ou menor procura das zonas de estacionamento de duração limitada, de acordo com a planta anexa”. A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. -----

**AMBIENTE - TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

**PARA 2012** – Presente a seguinte informação da Divisão de Serviços Urbanos: “Com a publicação do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, é atribuída à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) a competência para emitir recomendações gerais relativas aos tarifários dos serviços objecto daquele diploma, independentemente do modelo de gestão adoptado para a sua prestação, e acompanhar o seu grau de adopção, divulgando os respectivos resultados, conforme descrito no n.º 4 do artigo 11º. Aquele Decreto-lei refere ainda, no n.º 8 do mesmo artigo, que as entidades gestoras que emitam decisões desconformes às recomendações devem fundamentar essa opção na respectiva deliberação ou decisão. Decorrente desta obrigação a ERSAR tem publicado diversas recomendações, entres quais, a Recomendação n.º 1/2009 referente à formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e a Recomendação n.º 2/2010 referente aos critérios de cálculo para a formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. As recomendações visam harmonizar as estruturas tarifárias que servem ao financiamento destes serviços, trazer-lhes racionalidade económica e financeira e assegurar a





respectiva viabilidade e melhoria, sempre sem pôr em causa a autonomia que deve haver na sua gestão. Estas Recomendações, em matéria de resíduos, visam essencialmente, preconizar as regras essenciais de enquadramento dos tarifários de resíduos, bem como os critérios fundamentais de diferenciação das tarifas, destacando-se a preocupação com os tarifários sociais, e o cuidado, motivado também por razões de ordem social, em conferir tratamento distinto aos utilizadores domésticos e não domésticos. Nesta conformidade e tendo como objectivo adequar os tarifários de resíduos do Município de Guimarães às Recomendações da ERSAR por forma a cumprir o estipulado no Decreto-Lei 194/2009, propõe-se a aprovação da estrutura tarifária e do tarifário para 2012, conforme documento que se anexa". O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. -----

**EDUCAÇÃO - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PLANOS ANUAIS DE ACTIVIDADES, NO ÂMBITO DO PROJECTO EDUCATIVO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – ANO LECTIVO 2011/2012** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento superior, nos termos da alínea l), do ponto 1, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e da alínea e), do ponto 3, do artigo 19º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, compete à Autarquia apoiar ou participar no apoio ao desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico, no âmbito dos projectos educativos. Nesse sentido, dando cumprimento ao disposto na legislação em vigor, e tendo

por base os dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, propõe-se, para o ano lectivo de 2011/12, a atribuição de um apoio no valor anual de €2,50, por cada criança da educação pré-escolar, e de €4, por cada aluno do 1º ciclo do ensino básico, abrangendo um total de 7932 crianças e alunos. Mais se informa que o apoio ao desenvolvimento daquelas actividades implica a atribuição de uma verba no valor global de €28.963,50 (valor anual), conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DO ACORDO CAMARÁRIO – EXTERNATO DELFIM FERREIRA** – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: "Com base no artigo 4º da Portaria nº 959/87 de 26 de Dezembro, o Externato Delfim Ferreira solicita a renovação do acordo camarário, a vigorar no ano lectivo 2011/2012, para o transporte, em autocarros próprios, dos alunos residentes nas freguesias de Serzedelo e Guardizela, matriculados no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário matriculados nos cursos científico/Humanísticos, transporte a ser efectuado, com base no valor do passe escolar e número ilimitado de viagens, conforme tabelas em vigor para os transportes públicos, fixadas pelo Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres. Assim, propõe-se a renovação do Acordo camarário com o Externato Delfim Ferreira, a vigorar no ano lectivo 2011/2012, devendo o assunto ser submetido a Reunião de Câmara para deliberação. Informa-se ainda que esta despesa está cabimentada na proposta nº 3526, do Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2011/2012, aprovado em reunião de Câmara de 19 de Maio de 2011. À Consideração Superior".



**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. -----

**EDUCAÇÃO – ESCOLA EB1 CRUZ – SOUTO S. SALVADOR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Souto (S. Salvador) solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1 Cruz, no dia 2 de Novembro, à Biblioteca Municipal. Assim, considerando que se trata da realização de uma actividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 2 de Novembro de 2011, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a ratificação o apoio concedido”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

**EDUCAÇÃO – ESCOLA EB1/JI POÇAS – AIRÃO SANTA MARIA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Escola EB1/JI Poças, freguesia de Airão S. Maria, solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos ao Museu Alberto Sampaio, no passado dia 16 de Novembro. Considerando o interesse pedagógico da actividade e a disponibilidade da viatura, foi a pretensão deferida, o que coloco à ratificação da Câmara Municipal”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e

na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – COOPERATIVA FRATERNA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte proposta: “A Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e integração Social solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos jovens moradores na Urbanização da Atouguia e Gondar, nos próximos dias 21 e 22 de Dezembro ao Porto. Assim, considerando que se trata da realização de uma actividade no âmbito do projecto de intervenção Social em curso nos bairros sociais, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência do transporte solicitado”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – CASFIG – ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte proposta. “A CASFIG - Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos idosos residentes nos empreendimentos sob sua gestão, no dia 18 de Dezembro, para a celebração de uma Missa, dirigida a todos os moradores, na Igreja de S. Pedro (Toural). Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela CASFIG, o apoio concedido em anteriores iniciativas e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ESTUDANTES DO LICEU DE GUIMARÃES – VELHOS NICOLINOS - APOIO ÀS**



**COMEMORAÇÕES DO 50.º ANIVERSÁRIO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos, inscrita no RMECARH com o nº 502660180, promoveu, no passado dia 16 de Julho, um Sarau, no Largo da Oliveira, de memória da fundação daquela Associação e das várias iniciativas promovidas ao longo de meio século com recriação de muitos momentos vividos, tendo solicitado apoio municipal. Considerando que a referência Nicolina é um património da cidade e a Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos tem tido, ao longo de cinquenta anos, um papel fundamental na preservação da tradição e que a comemoração dessa intervenção teve um real significado, proponho a atribuição de um subsídio de €600,00 (seiscentos euros), ao abrigo do nº6 do artigo 2º do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – GRUPO RECREATIVO “OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES – COMEMORAÇÕES DO 1.º DE DEZEMBRO DE 1640** – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Recreativo “Os 20 Arautos de D. Afonso Henriques”, registado com o nº 501371761/RMECARH, apresentou uma candidatura a apoio financeiro para a realização das comemorações do 1 de Dezembro de 1640, iniciativa que já criou tradições em Guimarães e é das raras celebrações a assinalar a restauração da Independência Portuguesa em 1640 no País. Considerando o interesse da iniciativa, a capacidade de atrair públicos diferenciados, e a associação que tem conseguido envolver com outras instituições da cidade, proponho que seja atribuído um apoio no valor de €1.750,00 (mil e setecentos e cinquenta euros)

ao abrigo do nº 11 do artigo 14º do Regulamento nº606/2010”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE**

**APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----**

**PELAS DOZE HORAS E TRINTA MINUTOS O VICE -**

**PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A**

**REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A**

**PRESENTE ACTA. -----**